

A obrigação de ser moderno

JORNAL DO BRASIL

01 OUT 1989

O desejo de modernidade leva a uma fé cega na educação experimental. Mas ela também controla as crianças.

Beatriz



Ana Maria Nicolacci-da-Costa

Nas sociedades industriais contemporâneas parece estar quase sempre presente o imperativo de que sejamos ou, pelo menos, nos vejamos como modernos. Tal imperativo, que é o resultado dos acelerados processos de mudança que caracterizam essas sociedades, torna-se particularmente visível no caso do Rio de Janeiro. Nesta cidade, novos valores, comportamentos e formas de relacionamento são acolhidos calorosamente e, em geral, sem avaliações, questionamentos ou análises mais aprofundadas.

A ausência de um maior distanciamento crítico em relação à modernidade tem pelo menos uma consequência a meu ver bastante séria: faz com que tudo aquilo que é novo — o casamento sem coabitação, a produção independente, a antiginástica etc. — seja muito freqüentemente percebido como aquilo que é bom, liberador, legítimo, desejável e verdadeiro quando comparado com o que é visto como tradicional.

Um bom exemplo disso é a percepção, bastante difundida em certos círculos, que os adultos de hoje têm das escolas modernas como revolucionárias e liberadoras quando comparadas às tradicionais nas quais eles próprios estudaram 20 ou 30 anos atrás. Na visão desses adultos, a escola tradicional das décadas de 50 e 60 era uma espécie de prisão onde os alunos eram mobilizados, cerceados e sufocados pelas regras do bom comportamento (havia um comportamento certo e claramente definido para cada situação), por diversos procedimentos disciplinares (castigos, expulsões de sala de aula ou da escola, retenções do aluno depois do horário de aula etc.), e pela exigência de reprodução de um saber tido como legítimo (aquele que fazia com que decorássemos livros inteiros para devolver ao professor seu conteúdo na hora de provas e exames).

Essa visão certamente não é infundada. Naquela época, homens, mulheres e crianças entravam em

papéis (de pai, mãe, professor, aluno, filho ou filha mais velhos, filho ou filha caçulas etc.) de contornos bastante nítidos, os quais eram definidos socialmente e eram relativamente impermeáveis a negociações.

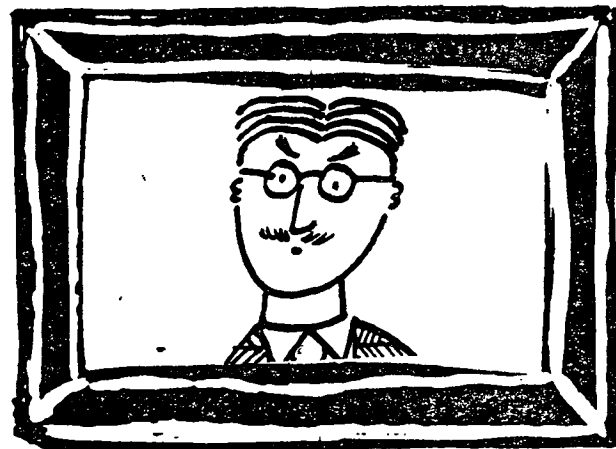
O tipo de linguagem utilizado nas relações entre pessoas que ocupavam esses diversos papéis refletia e reproduzia esse estado de coisas. Era a linguagem das normas, dos limites, das ameaças, dos castigos ou, de forma resumida, da autoridade respaldada na posição de quem detinha o poder em determinada situação e não nas características pessoais de poder em determinada situação e não nas características pessoais de quem dela participava.

Havia muito pouco espaço, tanto na escola como em outros lugares, para a verbalização de estados e pensamentos íntimos. Outras formas de expressão individual como a pintura, o desenho e os trabalhos manuais também eram mantidos dentro de padrões estéticos rígidos. Reproduzia-se ao invés de produzir. (Quem não passou, naquela época, pela experiência de decalcar desenhos ao invés de criá-los a partir de sua imaginação?)

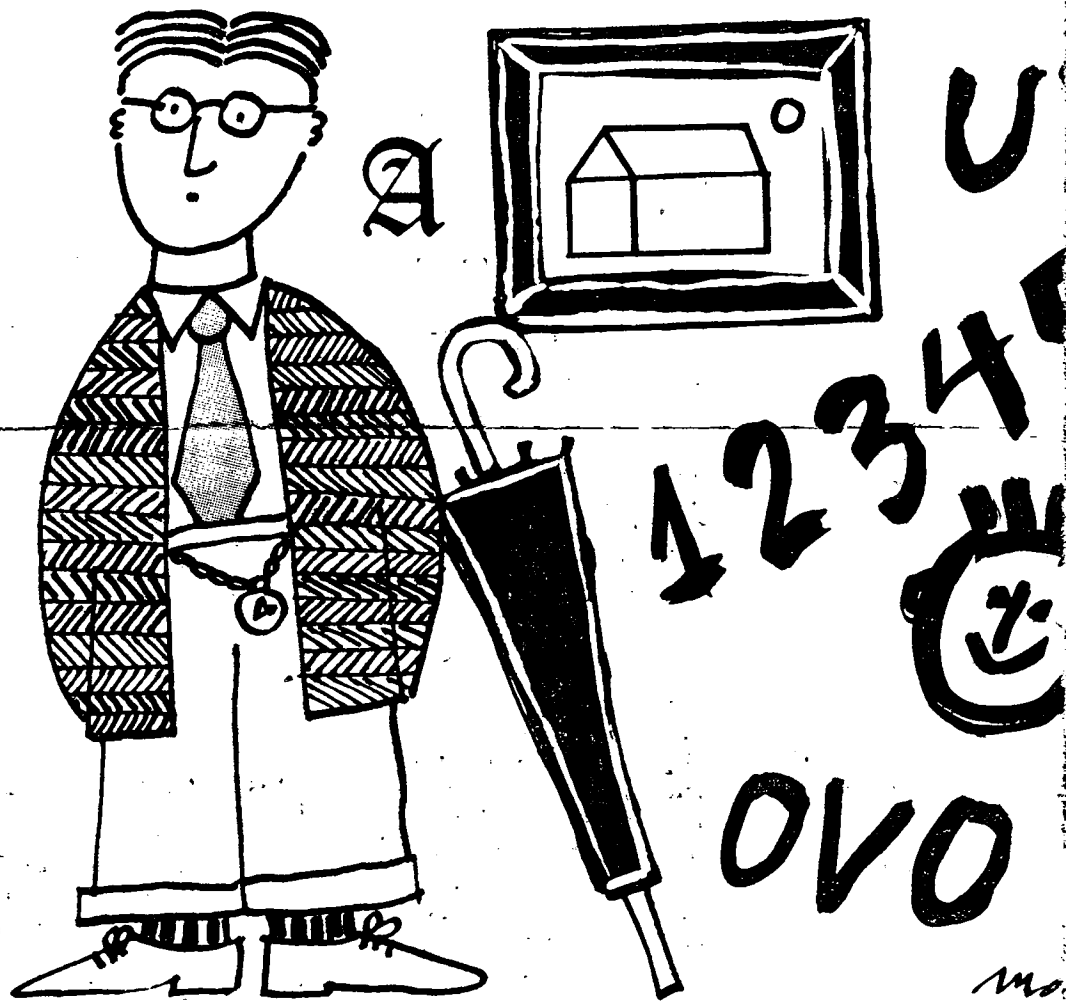
No entanto, uma análise mais aprofundada desse tipo de contexto torna evidente que a percepção que se tem da escola tradicional de alguns anos atrás como unicamente repressora, autoritária e inibidora corresponde somente a uma parte do que nela acontecia. Tal análise permite, por exemplo, discernir que aqueles que são hoje vistos como carcereiros — os professores, inspetores e diretores de então — eram pelo menos parcialmente cegos em relação a vários aspectos de seus alunos. Aliado ao fato de que a cada professor, diretor ou inspetor cabia a responsabilidade de cuidar de um grande número de crianças — o que impedia a instauração de relações mais individualizadas com as mesmas —, o rígido controle que esses profissionais exerciam sobre os aspectos mais públicos do comportamento de seus alunos tinha consequências muitas vezes difíceis de perceber.

Submetidos a esse tipo de controle, os alunos agiam de forma relativamente padronizada e, assim sendo, à equipe de profissionais da escola não era possível enxergar o que se passava na intimidade daqueles cujo comportamento controlavam. Os desejos, fantasias e sentimentos mais íntimos dos alunos estavam, portanto, a salvo de qualquer tipo de inspeção e controle.

Hoje, os valores e as normas das décadas de 50/60 são, ao menos aparentemente, coisa do passado. Nossa sociedade, que era tradicional, se modernizou e pluralizou em pouco tempo. As normas e os valores se fragmentaram. Homens, mulheres e crianças não entram mais em papéis que lhes são socialmente impostos. Muito pelo contrário, a progressiva pluralização e complexificação da nossa sociedade fazem com que tenham que construí-los individualmente a partir de suas experiências com diferentes universos de valores. E tal construção é, quase invariavelmente



pelo menos em nossas camadas médias, vista como positiva. Ela é um símbolo da modernidade e, como tal, é percebida como um avanço no sentido de dar a todos nós mais liberdade e espaço para desenvolver e colocar em prática nossa individualidade.



Esse espaço para o exercício de uma maior liberdade individual, assim o crêem vários adultos de hoje, deve ser dado à criança desde o início de sua vida. Surgem, desse modo, a partir de um determinado

Na escola tradicional vigiava-se o que a criança fazia. Na escola moderna, passa-se a vigiar desejos e fantasias — o que a criança é.

momento em nossa história recente, as chamadas *escolas modernas* (ou *experimentais*) que enfatizam justamente a questão do espaço para o desenvolvimento tanto em seu aspecto físico quanto psicológico.

Novas metodologias de ensino, geralmente apoiadas em teorias de cunho psicopedagógico, emergem para atender essa crescente necessidade de autocentramento decorrente da pluralização de universos de valores.

Torna-se imperioso ensinar a criança a construir seus próprios modos de inserção no mundo, inserção essa que só será possível através de múltiplas negociações de papéis numa sociedade cada vez mais plural e complexa.

Nessas novas metodologias dispensa-se ao aluno uma atenção individualizada através de, entre outros procedimentos, um aumento do número de profissionais que a ela se dedicam. Além disso, dá-se à criança ampla liberdade de expressar suas vontades, capacidades e criatividade.

A linguagem utilizada nesse contexto passa a ser aquela que possibilita a comunicação entre dois seres diferentes em termos não somente de sexo, idade e posição na escola, mas principalmente em termos de suas características pessoais. Outras formas de expressão, como a pintura, o desenho e os trabalhos manuais passam a ser utilizados de forma que a criança possa dar vazão a seus sentimentos, fantasias e desejos. Os padrões estéticos rígidos são abandonados. A criança passa a produzir ao invés de reproduzir.

Nesse tipo de contexto o aluno se sente livre e geralmente expressa o que lhe é mais íntimo sem maiores inibições ou obstáculos. Muitos adultos, independentemente de serem profissionais do ensino ou simplesmente pais, regozijam-se com esse novo estado de coisas e creem ter finalmente libertado a criança de seus antigos grilhões.

Na ausência de um maior distanciamento crítico, é certamente difícil perceber que o controle e a vigilância não desapareceram e que, ao passarmos da escola tradicional para a escola moderna, simplesmente alteramos o tipo de controle e vigilância ao qual submetemos nossas crianças.

O fato é que, enquanto que na escola tradicional vigiava-se e controlava-se o que a criança *fazia*, agora torna-se possível vigiar e controlar o que a criança *é*. É necessário que percebamos que, em um contexto de ampla liberdade de expressão na presença de observadores treinados e atentos, os desejos, sentimentos e fantasias mais recônditos da criança não estão mais a salvo como antes. Tornaram-se passíveis de observação e, portanto, podem vir a ser objeto de controle.

E essa constatação nos coloca diante de pelo menos uma questão básica. Já que parece não ser possível haver educação sem vigilância e controle, por qual tipo de vigilância e controle optaremos na educação das nossas novas gerações?

VA
26
E
INO
marini